

ANDRÉ LUÍS  
**CALLEGARI**

ARIEL BARAZZETTI  
**WEBER**

# LAVAGEM DE DINHEIRO

**2<sup>a</sup>** | revista,  
edição | atualizada  
e ampliada

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

**EDITORA ATLAS LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Fechamento desta edição: 19.04.2017

- CIP-Brasil. Catalogação na Publicação  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Callegari, André Luís

Lavagem de dinheiro / André Luís Callegari, Ariel Barazzetti Weber – 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia

ISBN 978-85-97-00733-6

1. Lavagem de dinheiro 2. Lavagem de dinheiro – Leis e legislação – Brasil I. Weber, Ariel Barazzetti II. Título.

13-11626

CDD-343.3 (094.56)

# SUMÁRIO

.....	
<b>PARTE I – QUESTÕES DOGMÁTICAS DO DELITO DE LAVAGEM DE CAPITAIS .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>Capítulo 2 – Origem, Conceituação, Características e Fases da Lavagem .....</b>	<b>7</b>
2.1 Origem da lavagem de dinheiro .....	7
2.2 Conceito de lavagem de dinheiro .....	8
2.3 O tipo subjetivo do delito de lavagem de capitais.....	12
2.4 Características da lavagem.....	14
2.4.1 Internacionalização das atividades de lavagem.....	15
2.4.2 Profissionalização do trabalho .....	16
2.4.3 Vocação de permanência .....	17
2.4.4 Complexidade ou variedade dos métodos empregados.....	17
2.4.5 Volume do fenômeno .....	18
2.4.6 Conexão entre redes criminais .....	20
2.5 Fases da lavagem de dinheiro.....	21
2.5.1 Fase da ocultação ou colocação .....	21
2.5.1.1 Instituições financeiras tradicionais.....	22
2.5.1.1.1 Fracionamento.....	24
2.5.1.1.2 Cumplicidade da instituição financeira.....	26
2.5.1.2 Instituições financeiras não tradicionais.....	28
2.5.1.2.1 Cassinos ou estabelecimentos de jogos.....	29
2.5.1.2.2 Falsas faturas de importação/exportação.....	30
2.5.1.2.3 Comércio cruzado.....	31
2.5.1.2.4 Sistemas bancários subterrâneos ou irregulares .....	31
2.5.1.2.5 Compra ou estabelecimento de companhias privadas .....	32
2.5.1.2.6 Pelas “atividades de caixa” .....	33
2.5.1.2.7 Evasão de fronteiras/contrabando de dinheiro....	33
2.5.1.2.8 Empresas lícitas com fundos ilícitos .....	35
2.5.2 Fase de estratificação ou escurecimento .....	36
2.5.3 Fase de integração ou reinversão .....	37

2.6	Setores econômicos utilizados pelos lavadores – tendências atuais.....	38
2.6.1	Lavagem de dinheiro no setor imobiliário.....	38
2.6.2	Lavagem no setor futebolístico.....	43
2.6.2.1	A falta de regulamentação do setor.....	45
2.6.2.2	Internacionalização do fenômeno futebolístico e intercâmbio de atletas.....	48
2.6.2.3	Subjetividade dos preços e altas somas envolvidas.....	49
2.6.2.4	Problemas financeiros dos clubes e necessidade de grandes investimentos.....	51
2.6.3	Lavagem pelos novos meios de pagamento.....	52
2.6.3.1	Cartões pré-pagos.....	54
2.6.3.2	Pagamentos via Internet.....	55
2.7	Sujeito ativo.....	59
2.8	Excurso. A autoria e a participação no delito de lavagem de dinheiro no Brasil.....	64
2.8.1	Autoria.....	64
2.8.2	Autoria mediata.....	67
2.8.3	Coautoria.....	68
2.8.4	Participação.....	71
2.8.5	Formas de participação. Instigação e cumplicidade.....	72
2.8.6	A instigação.....	72
2.8.7	A cumplicidade.....	73
2.8.8	A participação de menor importância.....	73
2.8.9	A amplitude do conceito de participação da Lei de Lavagem.....	74
<b>Capítulo 3 – Ações Globais e Locais de Proibição.....</b>		<b>77</b>
3.1	Normativa internacional.....	78
3.1.1	A Convenção de Viena de 1988.....	80
3.1.2	Convenção sobre lavagem de dinheiro, busca, apreensão e confisco dos produtos do crime (Convenção de Estrasburgo).....	82
3.1.3	Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro (GAFI), ou <i>Financial Action Task Force on Money Laundering</i> (FATF).....	83
3.1.3.1	<i>Compliance</i> do Brasil perante as recomendações do FATF/GAFI.....	85
3.1.4	Diretiva 308/1991.....	89
3.1.5	A convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional – Convenção de Palermo.....	90
3.2	A lavagem de dinheiro sob a perspectiva norte-americana.....	92
3.2.1	Fundo histórico.....	92
3.2.2	<i>Bank Secrecy Act</i> .....	93

3.2.3	<i>Money Laundering Control Act of 1986</i> – lavagem de dinheiro como delito autônomo .....	96
3.2.3.1	A interpretação da Lei de Lavagem segundo a Suprema Corte dos Estados Unidos da América .....	99
3.2.4	<i>Annunzio-Wylie Money Laundering Suppression Act</i> .....	101
3.2.5	<i>The Money Laundering Suppression Act</i> .....	102
3.2.6	<i>Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools to Restrict, Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001 (USA Patriot Act)</i> .....	104
<b>PARTE II – A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E AS GARANTIAS DE IMPUTAÇÃO NA LAVAGEM DE DINHEIRO .....</b>		<b>109</b>
<b>Capítulo 4 – A Lei de Lavagem de Dinheiro no Brasil.....</b>		<b>111</b>
4.1	Legislação Brasileira.....	111
4.1.1	A Lei nº 9.613/1998 – aspectos gerais.....	112
4.1.2	A extinção do rol dos delitos antecedentes .....	113
4.1.3	Natureza do crime de lavagem e aplicação da <i>novatio legis in pejus</i> ..	116
4.1.4	Excurso. A falta de um critério para delimitar a pena do delito de lavagem em face do crime antecedente .....	119
4.1.4.1	A possibilidade do dolo eventual após a alteração da Lei de Lavagem no Brasil.....	120
<b>Capítulo 5 – A Teoria da Cegueira Deliberada .....</b>		<b>125</b>
5.1	Aspectos essenciais quanto à tipicidade subjetiva e à culpabilidade nos Estados Unidos da América.....	125
5.2	O conhecimento exigível para o Direito Penal estadunidense .....	126
5.2.1	Conhecimento efetivo – a figura do <i>Knowledge</i> .....	126
5.2.2	Imprudência – a figura do <i>Reckless</i> .....	128
5.2.3	Diferenciação necessária entre o conhecimento e à imprudência ( <i>Knowledge vs. Recklessness</i> ) .....	129
5.3	A teoria da cegueira deliberada e seu espaço dentro da tradição da <i>common law</i> .....	130
5.4	As tentativas de “fechamento” do conceito de cegueira deliberada pelos doutrinadores da <i>common law</i> .....	132
5.4.1	A proposta de Husak e Callender .....	135
5.4.2	A proposta de Charlow.....	136
5.4.3	A solução de Robbins.....	137
5.4.4	A nova redação sugerida por Perkins.....	138
5.4.5	A reforma conceitual de Marcus.....	139
5.5	Origem da aplicação da teoria da cegueira deliberada .....	139
5.5.1	A justificativa para aplicação da teoria da cegueira deliberada na <i>common law</i> .....	139

5.6	A cegueira deliberada e as decisões das cortes americanas.....	141
5.6.1	<i>Spurr v. United States</i> .....	143
5.6.2	<i>United States v. Jewell</i> .....	144
5.6.3	<i>Leary v. United States</i> .....	145
5.6.4	<i>Turner v. United States</i> .....	145
5.6.5	<i>Global-Tech, Inc. v. SEB S.A</i> .....	147
5.6.6	<i>United States v. Fofanah</i> .....	149
5.7	As instruções da avestruz – utilização da teoria para julgamento por júri popular.....	150
5.8	Cegueira deliberada como substitutivo à <i>mens rea</i> do efetivo conhecimento da ilegalidade da conduta.....	151
5.9	A proposta de reforma legislativa – <i>Criminal Code Improvement Act of 2015</i> .....	152
5.10	A utilização da cegueira deliberada na <i>civil law</i> – fundamentos.....	153
5.10.1	A tradição da <i>civil law</i> – origem e principais características.....	154
5.10.2	A influência da <i>common law</i> na <i>civil law</i> – o processo de “commonlawlização” do direito codificado.....	155
5.10.3	A busca pela “transnacionalização” – a influência externa para aplicação da teoria da cegueira deliberada.....	156
5.10.3.1	As pressões do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF).....	159
5.10.3.1.1	GAFI/FATF e a cegueira deliberada.....	161
5.10.3.2	“Transplante legal”, “Irritância legal” ou “Tradução legal” da <i>common law</i> para a <i>civil law</i> – questões terminológicas... ..	161
5.11	O dolo: elemento subjetivo do tipo.....	163
5.12	Tipicidade subjetiva: o dolo e a culpa.....	165
5.12.1	As teorias do dolo.....	165
5.12.1.1	Teoria do conhecimento.....	166
5.12.1.2	Teoria do consentimento.....	167
5.12.1.3	Teoria da indiferença.....	168
5.12.1.4	Teoria da vontade.....	169
5.12.1.5	Teoria da representação.....	169
5.12.1.6	Teoria da probabilidade.....	170
5.13	O dolo eventual e a culpa consciente: diferença terminológica.....	171
5.14	A cegueira deliberada no direito continental – problemáticas na aplicação..	175
5.15	A cegueira deliberada aplicada segundo a teoria de Ragués i Vallès.....	176
5.15.1	A justificativa para aplicação da teoria da cegueira deliberada na <i>civil law</i> segundo Ragués i Vallès.....	176
5.15.2	Os requisitos de aplicação da teoria propostos por Ragués i Vallès.....	177
5.15.2.1	A cegueira deliberada em sentido estrito.....	179

5.16	Críticas à teoria da cegueira deliberada aplicada à <i>civil law</i> .....	180
5.17	Aplicação da teoria da “ignorância deliberada” quanto aos casos de lavagem de dinheiro nos sistemas de <i>civil law</i> – estudos quanto à Espanha e ao Brasil .....	181
5.17.1	Da compatibilidade da legislação espanhola em relação à cegueira deliberada .....	181
5.17.2	A solução dada pela jurisprudência espanhola .....	181
5.17.2.1	STS 5288/2005 .....	181
5.17.2.2	STS 4934/2012 .....	182
5.18	Aplicação da teoria da “ignorância deliberada” quanto aos casos de lavagem de dinheiro no Brasil .....	182
5.18.1	Dolo eventual no delito de lavagem de dinheiro após a edição da Lei nº 12.683/2012 .....	183
5.18.2	Cegueira deliberada ou erro de tipo? .....	186
5.19	A jurisprudência brasileira acerca da aplicabilidade da cegueira deliberada em casos de lavagem de dinheiro – testes de integridade conceitual .....	188
5.19.1	Tribunal Regional Federal da 4ª Região .....	188
5.19.2	Supremo Tribunal Federal .....	192
5.20	A (in)compatibilidade da teoria da cegueira deliberada no Direito Penal brasileiro .....	193
<b>Capítulo 6 – Garantias de Imputação no Delito de Lavagem de Dinheiro: as Condutas Neutras, Agentes Financeiros e o Papel do Advogado na Nova Sistemática Brasileira</b> .....		197
6.1	Ausência de elemento subjetivo entre o lavador e o agente financeiro .....	198
6.2	Limitação da responsabilidade por meio da adequação social .....	199
6.3	Risco permitido como limite da participação criminal do agente financeiro .....	201
6.4	Limitação de responsabilidade criminal por meio da proibição de regresso .....	203
6.5	Negócios <i>standard</i> (do agente financeiro) e limitação da responsabilidade .....	206
6.6	Lavagem de dinheiro e possibilidade de tipificação culposa .....	209
6.7	O advogado em face do delito de lavagem de dinheiro .....	211
6.7.1	A aceitação pelo advogado de honorários com valores provenientes de atividade criminosa .....	211
6.7.2	A obrigação do advogado de prestar informações nos termos da nova Lei de Lavagem .....	215
<b>Capítulo 7 – Conclusão</b> .....		219
<b>Referências</b> .....		223

**Lista de figuras**

<b>Figura 1</b> – Funcionamento do sistema de pagamento virtual .....	56
<b>Figura 2</b> – Currency Transaction Report (CTR) .....	95
<b>Figura 3</b> – Suspicious Activity Report (Part III) .....	103
<b>Figura 4</b> – Situação de ocorrência da cegueira deliberada e a consequência de tal conduta .....	161